

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA
VARA CIVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

LUCAS JONAS DA SILVA ROMEIRO, menor impúbere, neste ato representado por sua genitora e representante legal MARTA VIRGINIA NASCIMENTO SILVA, brasileira, solteira, autônoma, portadora do CPF nº 073.027.294-09, cédula de Identidade RG nº 5.864.779 – SDS/PE, residentes e domiciliados na rua Alfredo Becker, 80, Bairro Cordeiro, CEP: 50.630-100, Recife-PE, por seu bastante procurador e advogada que a esta subscreve, legalmente constituído na forma definida pela procuração, em anexo, com endereço eletrônico Fabiolaandrade2015@outlook.com vem perante Vossa Excelência propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO –
DPVAT**

em desfavor de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, companhia de seguros participante do Consórcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer à V. Ex^a. seja deferido o benefício da Gratuidade de Justiça, com embasamento na lei 1.060/50, com alterações introduzidas pela lei 7.510/86, por não ter condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família.

DA SITUAÇÃO FÁTICA



O requerente menor impúbere foi vítima de acidente de trânsito, quando ao atravessar a rua foi atropelado por uma motocicleta de placa PGG 7416, como consta no Boletim de Ocorrência em anexo, sendo conduzido imediatamente pelo SAMU (declaração de atendimento em anexo), devido a tal acidente que causou lesões físicas e em decorrência do acidente a vítima passou a apresentar distúrbios de comportamento (laudos em anexo).

Salienta-se que o direito do Autor, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, sendo lhe devido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e as sequelas que persistem.

Denota-se legítimo o dever da Ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o Consórcio referente ao Convênio DPVAT.

DO DIREITO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

“Art. 2º – Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº. 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea “l” nestes termos:

Art. 20, l – Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas não transportadas ou não.

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

II – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – Invalidez permanente;



É entendimento já pacificado pela jurisprudência pátria que o pagamento do referido seguro deverá ser efetuado por qualquer seguradora privada integrante do consórcio instituído pela resolução 1/75 do CNSP. Vejamos o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA FINALIDADE DO VEICULO. IRRELEVANCIA. Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso torna-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão nº 2.115/01, proferido nos autos do Recurso nº 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01).

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

Desse modo, recorremos ao Poder Judiciário com a esperança de resolução desta causa.

DA DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

Pelo princípio constitucional do acesso à Justiça (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal), "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

Com efeito, o princípio acima transcrito não exige daquele que sustenta ser titular de um direito o múnus de primeiro esgotar a via administrativa para, em seguida, se valer da ação judicial para a tutela de tal direito.

Em casos semelhantes, já se decidiu:

"RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - PRELIMINARES - CARÊNCIA DA AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR - DESNECESSIDADE DE INGRESSAR NA VIA ADMINISTRATIVA ANTES DE ENTRAR COM AÇÃO - CERCEAMENTO DE DEFESA - NECESSIDADE DE EXAME PERICIAL APTO A QUANTIFICAR O GRAU DA LESÃO SOFRIDA PELO SEGURADO - TESE ACOLHIDA - SENTENÇA ANULADA - RECURSO PROVIDO



- Não se faz necessário o prévio requerimento administrativo à seguradora, porque não se encontra remissão dessa obrigação na Lei 6.194/74. (...)" (TJMT - Ap 58638/2009 - Rel. Des. A. Bitar Filho - DJe 08.02.2010 - p. 9);

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL E ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM REJEITADAS INVALIDEZ PERMANENTE INDENIZAÇÃO DEVIDA RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO UNÂNIME - 1- Preliminar de Inépcia da Inicial (por ausência de interesse recursal e de causa de pedir). O ordenamento jurídico pátrio não exige o prévio esgotamento das vias administrativas para posterior acesso à prestação Jurisdicional. Por isso, não falta interesse de agir e de causa de pedir quando a parte interessada recorre diretamente ao Judiciário sem efetuar o requerimento administrativo do seguro. Obstar tal possibilidade, afrontaria o direito constitucional de acesso ao Judiciário, insculpido no art. 5º, XXXV, da CF. Preliminar rejeitada. 2- (...) 5- Recurso conhecido e improvido. Unânime." (TJAL - AC 2009.002052-8 - (1-131/2010) - Rel. Des. James Magalhães de Medeiros - DJe 17.03.2010 - p. 19).

"AÇÃO DE COBRANÇA - MORTE EM VIRTUDE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT- INDENIZAÇÃO DEVIDA - SENTENÇA - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO - APELAÇÃO CÍVEL - PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - REJEIÇÃO - MÉRITO DO RECURSO - (...) Após o advento da Constituição da República de 1988, que adotou o princípio da inafastabilidade da apreciação do Poder Judiciário, consagrado no art. 5º, inciso XXXV, da Carta Magna, o esgotamento da via administrativa não é mais condição para ajuizamento de ação. (...)." (TJPB - AC 001.2007.035208-1/001 - Relª Desª Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti - DJe 27.10.2009 - p. 5). Em casos semelhantes,

PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

*“O pagamento da indenização será efetuado
mediante simples prova do acidente e do dano
decorrente” ...*

Mediante a entrega dos seguintes documentos:

*“registro da ocorrência no órgão policial
competente”.*



Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Não obstante, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, entende, que a simples prova do acidente e da invalidez permanente, podem ser provados por outros meios de provas, não dependendo exclusivamente de Laudo Pericial ou Boletim de Ocorrência, conforme se vê no recurso de apelação nº 69727/2008, abaixo transcrição da ementa:

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL Nº
69727/2008 - CLASSE II - 21 - APELANTE: SUL
AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS

APELADO: JOSÉ RONALDO DA SILVA

Número do Protocolo: 69727/2008

Data de Julgamento: 8-9-2008

EMENTA:

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PRELIMINAR DE DESERÇÃO - REJEITADA - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - AFASTADA - LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - DISPENSÁVEL - POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - SINISTRO E INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE - COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - SALÁRIO MÍNIMO - ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO - AFASTADA - PARÂMETRO PARA A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE - GRAU DE INVALIDEZ RESULTANTE DO ACIDENTE DE TRÂNSITO -



DESNECESSIDADE - RESOLUÇÕES DO CNSP -
PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS - RECURSO
DESPROVIDO.

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, “o
*pagamento da indenização será efetuado mediante
simples prova do acidente e do dano decorrente*”.

*Demonstrado o nexo causal existente entre o
acidente automobilístico e a lesão de caráter
permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.*

*O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO
MÉDICO LEGAL NÃO CONFIGURA DOCUMENTO
ESSENCIAL E IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA
DA AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA,
NOTADAMENTE PORQUE A INCAPACIDADE
DECORRENTE DO SINISTRO PODE SER AFERIDA
POR OUTROS MEIOS DE PROVA.(...).*

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e
embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a
indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

CORREÇÃO MONETÁRIA

Conforme precedentes sobre o tema, o valor apurado deve sofrer correção
monetária a partir da data do sinistro:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. I- CORREÇÃO MONETÁRIA.
TERMO INICIAL. Em se tratando de ação de cobrança de seguro DPVAT, a correção
monetária incide a partir da data do sinistro, ou seja, do efetivo prejuízo, nos termos da
Súmula nº 43 do Superior Tribunal de Justiça. II- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.
PARTE AUTORA BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. Restando
configurada a sucumbência recíproca, devem ser as partes condenadas,
proporcionalmente, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários
advocatícios, ainda que uma delas seja beneficiária da assistência judiciária, ficando
suspensa a cobrança para essa última, segundo o que estabelece o artigo 12 da Lei



nº 1.060/50, não havendo se falar do limite de 15% previsto nessa lei, uma vez que ele foi revogado pelo Código de Processo Civil de 1973. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO – AC: 04374876620148090051, Relator: DES. GERSON SANTANA CINTRA, Data de Julgamento: 23/08/2016, 3A CÂMARA CIVEL, Data de Publicação: DJ 2111 de 15/09/2016)

DO PEDIDO

Diante do exposto, *REQUER-SE*:

A citação do requerido, para que compareça à audiência previamente designada, apresentando defesa caso queira, sob pena de revelia, prosseguindo-se nos ulteriores termos de Direito, para no final ser a ação julgada procedente com a condenação do requerido ao pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT), no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros de mora, atualização monetária, custas processuais e honorários de advogado na base usual de 20% sobre o valor total do débito e demais cominações legais.

Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por ser o requerente de pessoa pobre nos termos da Lei nº. 1060/50.

Protesta provar o alegado através de todos os meios de prova em Direito admitidos em lei, especialmente pelos documentos inclusos.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,
Pede e Espera DEFERIMENTO.

Recife, 15 de julho de 2019

Edla Fabiola Andrade de Lira

OAB/PE 46.554

